

“A LINGUAGEM É BEM OUTRA COISA” DIFERENTES OLHARES PARA A LINGUAGEM NEUTRA: ENTREVISTA COM: CARLOS ALBERTO FARACO, ELISA BATTISTI E VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

“LE LANGAGE EST TOUT AUTRE CHOSE” DIFFÉRENTS REGARDS SUR LE LANGAGE NEUTRE : ENTRETIEN AVEC: CARLOS ALBERTO FARACO, ELISA BATTISTI E VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Arthur Marques de Oliveira¹

Um formato diferente

Apresentamos a seguir um conjunto de três entrevistas acerca da linguagem neutra, feitas com linguistas de diferentes tendências teóricas. O tema, como é sabido de todos, tem recebido considerável atenção tanto nos meios acadêmicos como na cultura em geral (imprensa, mídia etc.). Assim, para o correto entendimento do que trazemos aqui, consideramos importante fazer acompanhar as entrevistas de alguns comentários de natureza teórico-metodológica.

Em primeiro lugar, é importante chamar a atenção do leitor a respeito de alguns aspectos relativos à forma de apresentação das entrevistas, colocadas, aqui, em conjunto. Ela não é, propriamente falando, comum. E isso se deve, na verdade, a um ponto específico: estão justapostas as opiniões de três entrevistados e não, como normalmente se faz, de apenas um.

Ora, isso se deve ao tema abordado: a diversidade de discussões sobre a linguagem neutra não se circunscreve a apenas um ponto de vista. Nessa direção, acreditamos ser de uma riqueza considerável, de saída, já facultar ao leitor a possibilidade de entrar em contato com a diversidade de opiniões.

Além disso, em segundo lugar, é fato que o assunto ultrapassa o debate acadêmico, estando presente nas redes sociais, nas salas de aula, nas conversas do cotidiano, na imprensa etc. Facilmente, encontramos uma pluralidade de pontos de vista sobre o tema que vão desde a opinião de ativistas, favoráveis ao fenômeno, até pessoas que se insurgem contrariamente ao uso desse tipo de linguagem. O fato é que tais discussões têm repercussões práticas na vida das pessoas: no âmbito escolar, sem dúvida, mas também no contexto familiar, no mundo do

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem (PPGLET-UFRGS).

trabalho, das relações institucionais, entre outros. Enfim, de forma positiva, não há unanimidade sobre a questão da linguagem neutra.

Em terceiro lugar, é inegável que o tema também transcende limites disciplinares. As crescentes discussões a esse respeito são encontradas nas mais diversas áreas do conhecimento: sociologia, antropologia, educação, filosofia, linguística entre outras.

Nesse sentido, como será visto, os pontos de vista assumidos pelos nossos entrevistados são, apesar de distintos (mas não opostos), circunscritos ao âmbito linguístico, e isso se deve, ao menos, a um motivo: a questão tem – em todas as arenas do debate – um forte apoio em argumentos de natureza linguística, o que nem sempre é feito de maneira adequada. Quer dizer: não raramente os debates circulam em torno das possibilidades, ou não, de a língua absorver a chamada linguagem neutra. No entanto, nem sempre vemos os participantes desse debate fazerem uso de argumentos que tenham relevância, quando avaliados de um ponto de vista linguístico. Portanto, é fundamental que a informação respaldada cientificamente tenha ampla circulação. Somente assim podemos levar a cabo uma discussão que seja proveitosa para todos os lados da questão.

Enfim, essas foram as motivações que nos fizeram entrevistar os nossos especialistas. Tendo em vista a gama de discussões díspares sobre a questão da linguagem neutra, esse conjunto de entrevistas surge com a intenção de ser uma iniciativa de apoio ao debate bem fundamentado, de forma a apresentar diferentes perspectivas sobre o tema, o que pode contribuir para o campo de estudos da linguagem neutra, dando voz a especialistas de diferentes subáreas dos estudos da linguagem.

Os especialistas escolhidos para integrar este conjunto de entrevistas são dois estudiosos e uma estudiosa da linguagem, todos professores e pesquisadores em instituições de ensino superior no Brasil². Essas pessoas foram escolhidas, pois acreditamos que elas têm papel importante na formação de recursos humanos na área dos estudos da linguagem (professores, tradutores etc.) entre nós. Além disso, são pessoas que têm forte presença em diversas esferas e áreas do debate acadêmico. A todos, antecipamos os nossos agradecimentos.

A metodologia utilizada para as entrevistas teve um duplo enfoque: o da produção e o de sua aplicação.

²A formação, as áreas de atuação e as instituições de trabalho dos entrevistados são apresentadas em nota de rodapé, na primeira ocorrência do nome de cada um, a seguir.

As perguntas produzidas são de dois tipos: há perguntas gerais e específicas. Na verdade, formulamos uma pergunta geral para todos os entrevistados. Fizemos isso por um motivo: pretendemos ilustrar a multiplicidade de pontos de vista que o tema pode receber. Como é possível notar, esse objetivo foi fartamente atingido. Em seguida, dois entrevistados responderam a uma pergunta que enfocava a sua área de especialidade. Assim procedendo, quisemos dar visibilidade a diferentes arcabouços teóricos que podem se interessar pelo tema, o que também é bastante salutar no contexto atual da pesquisa linguística.

Quanto à aplicação das entrevistas, assim procedemos: após um primeiro contato com os pesquisadores, via e-mail, em que explicamos nossos objetivos e intenções, remetemos as questões, também via e-mail. Os pesquisadores, portanto, responderam às perguntas por escrito, sem nenhum limitador quanto à extensão de suas respostas.

Formalmente, as entrevistas encontram-se, abaixo, da seguinte maneira: primeiramente (cf. item 2), é trazida a pergunta geral com as respectivas respostas. Em seguida (cf. item 3), são colocadas as perguntas específicas.

Dito isso, é importante deixar claro ao leitor que o intento aqui não é formular uma perspectiva final ou síntese sobre o tema, até porque, como já dito, a linguagem neutra é um assunto que não permite apenas um ponto de vista como o único. Acreditamos que, dando voz aos estudiosos e justapondo suas considerações sobre a temática, esse conteúdo poderá auxiliar outras pessoas que se interessam pela forma como a linguagem toca a vida de cada um de nós. Afinal, “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 2006, p. 222).

Aos entrevistados e à entrevistada, o nosso muito obrigado!

É tempo de se questionar

Abaixo, encontra-se a primeira pergunta feita pelo autor para as pessoas entrevistadas, seguida da identificação e uma breve descrição sobre sua trajetória.

Arthur Marques de Oliveira (A.O) - Uma das grandes (e polêmicas) questões da atualidade sobre língua e linguagem - tanto dentro quanto fora do âmbito acadêmico - é a demanda por uma *neolinguagem*, *linguagem neutra*, *inclusiva* ou ainda *não binária*. Tendo em vista essa demanda, que aspectos, na condição de linguista, você considera relevantes para avaliar esse fenômeno?

Carlos Alberto Faraco³ (C.F) - Respondo menos como linguista e mais como um simples observador dos acontecimentos. Acompanho as discussões com interesse, mas tenho ainda muitas dúvidas sobre o tema. Entendo que a questão da chamada linguagem não binária não pode ser apreciada em si, ou seja, apenas como um fenômeno linguístico. Ela faz parte de todo um debate sobre a não binaridade. E este debate está incluído num debate ainda maior que diz respeito a todas as pessoas socialmente subalternizadas, inferiorizadas, marginalizadas por não se enquadrarem em determinados padrões sociais de “normalidade”.

Como bem sabemos, as sociedades humanas desenvolvem historicamente categorias de classificação do que consideram “normal” e esses padrões de “normalidade” redundam em exclusão de todas as pessoas que não se encaixam em tais categorias. Essas pessoas se tornam, então, alvo de violências simbólicas e, pior ainda, de violências físicas que chegam a causar a morte.

Diante dessa complexa e trágica realidade, os grupos sociais subalternizados, inferiorizados, marginalizados têm criado movimentos de enfrentamento das categorias excludentes, buscando o reconhecimento social de suas diferenças. No fundo, o que está em pauta é a imensa diversidade humana que, obviamente, não é redutível a algumas poucas categorias social e historicamente construídas e impostas. Se cabe falar em “normalidade”, só podemos dizer que o normal na humanidade é, justamente, sua imensa diversidade: física, étnica, cultural, linguística, de gênero etc. Por isso, ideologias machistas, racistas, LGBT+fóbicas, fundamentalistas são anti-humanas e faz todo sentido combatê-las.

Os movimentos dos grupos subalternizados, inferiorizados, marginalizados têm desenvolvido várias formas de fazer esse combate, buscando diferentes meios de dar visibilidade e audibilidade à sua causa: grandes eventos como as paradas do orgulho LGBT+; manifestações culturais identitárias; configurações semióticas dos corpos, vestimentas, adereços que confrontam padrões de “normalidade”, entre outras.

Entendo que é nesse contexto amplo que se deve situar a questão da linguagem não binária. As pessoas que extrapolam o rígido binarismo homem/mulher buscam também (além de outras formas de luta) elementos linguísticos que expressem sua diversidade.

Nesse sentido, há um entendimento de que os gêneros gramaticais (denominados de masculino genérico, masculino e feminino) limitam as possibilidades dessa expressão.

³É Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1978) e Doutorado em Linguística - University of Salford (1982). Realizou Pós-doutorado na University of California (1995-96).

Propõe-se, então, o uso de recursos alternativos que neutralizem o que se considera marcas de gêneros gramaticais que reforçariam o binarismo hegemônico socialmente.

Num primeiro momento, vieram as formas gráficas com x (alunxs) e com @ (alun@s). Como esses sinais não representam nenhum elemento sonoro, ficaram restritos exclusivamente à escrita. Depois, veio a proposta de substituir as vogais finais ‘o’ e ‘a’ (aceitas, no senso comum, como marcas de gênero gramatical) pelo ‘e’ (não mais alunxs ou alun@s, mas alunes). Ao mesmo tempo, considerando que o ‘e’ aparece em termos de referência masculina (como mestre e professores), há também a busca por alternativas como o uso de ‘i’ ou a inserção de ‘i’ (como mestri/mestrie ou professoris/professories).

Entendo o sentido político dessas propostas: são parte da luta para trazer a não binaridade à luz do Sol e acirrar os debates para seu reconhecimento social. Acredito que, como tal, é uma proposta válida. Percebo, porém, que, nos debates sociais, a questão tem ficado restrita à língua em si (perde-se a sua dimensão política mais ampla) e, com isso, parece que a estratégia de luta acaba por gerar mais anticorpos do que adesões e simpatias.

De qualquer forma, ainda que considere a proposta válida como estratégia política, me pergunto se ela é exequível. E vou expor algumas reflexões que me ocorrem do meu ponto de observação de linguista, embora acredite (reitero) que não é uma questão apenas linguística e, portanto, a voz do linguista deve ser apenas uma das muitas vozes envolvidas no debate.

Assistindo recentemente a uma mesa-redonda sobre o tema, composta só por pessoas não binárias, ouvi-as reiteradamente declararem que a proposta da linguagem não binária é não prescritiva. Essa atitude me pareceu positiva. Qualquer movimento de pessoas subalternizadas, inferiorizadas, marginalizadas, para ter efetiva repercussão social, precisa ganhar simpatizantes e apoiadores para além do próprio grupo. Assim, evitar atitudes prescritivas, impositivas parece ser um bom caminho. Contribui, certamente, para não gerar anticorpos logo de saída e põe em evidência o caráter político e não propriamente (ou exclusivamente) linguístico da proposta.

Se entendo bem a afirmação de que a proposta não tem caráter prescritivo, me parece que, no fundo, não se quer mudar a língua, mas criar alternativas expressivas que contemplem a não binaridade. A mudança da língua seria, assim, na direção de agregar elementos novos e não, propriamente, de substituir estruturas existentes.

Por outro lado, ouvi, nessa mesma mesa-redonda, por duas vezes, ser asseverado o pressuposto de que, mudando a língua, muda-se a sociedade. Dito assim mesmo.

Aqui, me parece que seria preciso, primeiro, compatibilizar o caráter não prescritivo da proposta e o próprio pressuposto de que mudando a língua, muda-se a sociedade. Se a intenção não é impor uma mudança na língua, como sustentar, ainda assim, que se quer mudar a sociedade pela mudança da língua?

Tenho muitas dificuldades para aceitar que mudanças na língua acarretam mudanças na sociedade. Me parece que, para tanto, seria preciso aceitar que é a língua que determina a configuração da sociedade. Para mim, essa é uma crença equívoca porque não percebe que os determinantes objetivos da configuração da sociedade não são de natureza linguística.

Talvez eu esteja entendendo mal a expressão “mudar a sociedade”. Talvez não se esteja pensando em mudar a estrutura da sociedade por meio de mudanças na língua, mas de mudar o modo como a sociedade dá sentidos à realidade; de questionar e criticar as discursividades hegemônicas que sustentam e justificam relações opressoras, subalternizantes, inferiorizadoras, marginalizadoras. Essas discursividades, sim, são materializadas linguisticamente.

Nesse caso, estamos no plano da guerra dos discursos, ou seja, é um combate no plano ideológico e não, propriamente, no plano gramatical. Propor, não prescritivamente, uma linguagem não binária seria, então, um modo de mexer na língua para induzir mudanças nas representações socioideológicas e alcançar, assim, o reconhecimento e a inclusão dos excluídos.

Há, sob esse aspecto, validade política na proposta de uma linguagem não binária. Mas é ela exequível na prática? Ou seja, parece que cabe bem a pergunta: mesmo sendo de caráter não prescritivo, até que ponto conseguimos, de fato, mudar a língua por meio de um planejamento racional?

Há situações interessantes no plano lexical. Como parte da luta pelo reconhecimento da dignidade humana de pessoas com síndrome de down, houve um movimento (exitoso) de abandono do termo “mongolóide”. E há outros casos como esse, o que sugere que, no plano lexical, as intervenções são factíveis e podem mesmo alcançar êxito.

Tenho, porém, dúvidas quanto a intervenções no plano gramatical. E penso especificamente aqui no caso dos gêneros gramaticais. Primeiro, porque, numa língua como o português, eles estão presentes em termos que usamos para fazer referência a pessoas, mas também em termos que usamos para fazer referência a objetos. Assim, uma eventual mudança nos artigos definidos ou nos pronomes, por exemplo, quando relacionados aos termos com os quais nos referimos a pessoas alcançaria também as palavras com as quais nos referimos a

objetos? Em outras palavras, neutralizaríamos o gênero de todo o léxico da língua? Ou teríamos de criar uma distinção entre a classe dos termos com traço “+humanx” e a classe dos termos com o traço “-humanx”? Se for essa a diretriz, a linguagem não binária valeria para os primeiros, mas não para os segundos. Qualquer dessas direções (uniformização ou subclassificação) implicaria vastas intervenções na morfologia e me pergunto se não seria uma excessiva sobrecarga para qualquer falante.

Por outro lado, os gêneros gramaticais participam de uma rede de relações morfossintáticas constitutivas da chamada concordância nominal. Ou seja, o gênero de um substantivo determina o gênero de artigo, adjetivos, pronomes e numerais que a ele se referem seja no interior de um sintagma nominal, seja por sobre fronteiras sintagmáticas (o caso dos predicativos, por exemplo; ou de todas as cadeias anafóricas de um texto oral ou escrito). E, como boa parte dessas relações se realiza não conscientemente (seguimos, sem pensar conscientemente, um regramento que desenvolvemos em criança, quando nos tornamos falantes), me pergunto como tornar exequível a proposta.

Confesso que sou capaz de escrever um texto inteiro em linguagem não binária (embora, repito, não saiba a abrangência da neutralização dos gêneros gramaticais – alcança também termos com o traço “-humanx”?). Mas, definitivamente, não sou capaz de falar, mesmo um enunciado curto, totalmente afinado com a linguagem não binária. A complexidade estrutural e o funcionamento não consciente do regramento da concordância nominal restringem, significativamente, as minhas possibilidades de falar em linguagem não binária. E me pergunto se essa é uma limitação apenas pessoal ou é dos falantes de português em geral.

Isso significa que não aceito a não binaridade? Entendo que não. Mesmo me atendo aos gêneros gramaticais (e é o que faço), sou consciente da não binaridade, luto contra qualquer discriminação de pessoas não binárias, assim como luto contra qualquer ideologia racista, machista, fundamentalista, LGBT+fóbica. Me pergunto, então, como desenvolvi essa perspectiva sem ter alterado, na minha gramática, a dinâmica dos gêneros gramaticais.

Vou continuar observando e acompanhando os debates e apoiando as causas dos subalternizados, inferiorizados e marginalizados, mas continuo achando que o problema não está na língua como tal (fico pensando como seria essa discussão no caso das línguas, como o farsi, que não têm gênero gramatical). Continuo considerando que a língua tem mais complexidade do que conseguimos, muitas vezes, captar em nossas asserções sobre ela.

Elisa Battisti⁴ (E.B) - Eu avalio a demanda por uma linguagem inclusiva, por um uso relativamente neutro de linguagem como uma ação social biopolítica, na acepção de Hardt e Negri (2016), que fazem uma leitura da noção de biopoder proposta por Michel Foucault. Biopolítica é um acontecimento revolucionário, um evento de liberdade, uma ‘intransigência de liberdade’ que perturba o sistema normativo, buscando romper com subjetividades políticas dominantes para alcançar a constituição do comum. Para Hardt e Negri (2016), comum é o que, no mundo, está acessível a todos e desenvolve-se pela participação ativa, abrangendo não só a riqueza comum do mundo material – ar, água, dádivas da terra e da natureza – mas também os resultados da produção social, necessários para a interação dos agentes na própria produção social: conhecimentos, imagens, códigos, informação, afetos, entre outros. “A linguagem, por exemplo, como os afetos e os gestos, é quase sempre comum; com efeito, se a linguagem se tornasse privada ou pública – vale dizer, se grande parte de nossas palavras, frases ou enunciados fosse submetida à propriedade privada ou à autoridade pública –, a linguagem perderia seu poder de expressão, criatividade e comunicação.” (HARDT; NEGRI, 2016, p.9).

Sendo linguista, eu dou relativa autonomia à subjetividade biopolítica à medida que assumo a linguagem como capacidade inata dos seres humanos e acredito na existência das estruturas lógico-linguísticas universais propostas por Chomsky: por serem naturais e comuns, essas resistem inerentemente a quaisquer estruturas de poder. Mas admito, como bem observam Hardt e Negri (2016), que uma tal concepção de linguagem carece do caráter dinâmico necessário à efetiva resistência, “estando enfeixada na invariável estrutura naturalista. A resistência biopolítica dessas invariantes jamais poderá criar formas alternativas de vida.” (HARDT; NEGRI, 2016, p.75). Esse enfeixamento decorre “da autonomização da língua em relação às suas condições sociais de produção, de reprodução e de utilização” (BOURDIEU, 2008, p.18), quando, paradoxalmente, a comunicação requer um meio comum e “só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, isto é, socialmente marcadas”. (BOURDIEU, 2008, p.25).

Com isso quero dizer que, como linguista – sou fonóloga de formação –, o ponto de vista teórico-analítico por mim assumido não fornece recursos para responder à sua pergunta, que nasce, imagino, da observação das dinâmicas sociais. Eu busco esses recursos no

⁴ É professora associada do Instituto de Letras da UFRGS, no Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária. Possui Licenciatura em Letras Português-Inglês pela UCS (1988), Mestrado em Letras pela UFRGS (1993) e Doutorado em Linguística e Letras pela PUCRS (1997). Realizou Pós-doutorado na Vrije Universiteit - Amsterdam e no Meertens Instituut (2015-2016).

exercício de *interface* exigido em minha outra área de atuação em pesquisa, a sociolinguística. Encontro subsídios na teoria social de P. Bourdieu e na reflexão filosófico-política de Hardt e Negri, como procurei mostrar acima. Nesse sentido, avalio a demanda por uma linguagem inclusiva, por um uso relativamente neutro de linguagem como ações sociais de resistência que podem ter efeitos sobre os usos da linguagem, a exemplo do que já ocorre com os comportamentos sociais e usos vocabulares ditos ‘politicamente corretos’. São ações políticas voltadas à produção de subjetividades singulares, na busca pelo comum no que se refere à interação social construída por meio da linguagem.

Como linguista, eu poderia dizer, a respeito, por exemplo, da implementação de formas linguísticas de manifestar “gênero neutro” além do binário masculino-feminino, que gênero social não é o mesmo que gênero gramatical; que há, na manifestação de gênero gramatical no português, apenas um subconjunto de nomes sexuais que formam pares na manifestação de gênero binário: *menino-menina, técnico-técnica, professor-professora, cozinheiro-cozinheira*, por exemplo, nos quais a ausência de vogal final -a marca o masculino, a presença de vogal -a final marca o feminino. Os demais nomes são ou de gênero único – só masculinos (*o dente, o livro, o estigma*), só femininos (*a sala, a fonte, a tribo*) – ou “comuns de dois” – *a/o jornalista, a/o cliente*; que as formas neutras existentes no latim foram reacomodadas no masculino na deriva latim-português, sendo essa a razão do andropocentrismo ou uso generalizado (*default*) do masculino hoje observado no português; e, finalmente, que a adoção de formas de manifestar gênero neutro estaria limitada pelo sistema da língua, isto é, por restrições de ordem fonológica e morfológica ora vigentes em português⁵. Dessa forma, eu estaria fazendo um diagnóstico da sincronia da língua e afirmando a complexidade de implementar o gênero neutro. No entanto, e isso é o mais importante, embora não sugerisse estratégias alternativas de marcação de gênero neutro, não poderia afirmar a impossibilidade de implementar gênero neutro em português.

Situada, devo admitir, em grupos sociais conformes à lógica binária de gênero – sou mulher cisgênero – e da heterossexualidade normativa – sou heterossexual –, não faço parte da cena cultural que acendeu o debate sobre a necessidade de usar formas neutras ou neutralizadas de linguagem, especialmente ao nos dirigirmos uns aos outros, como no caso dos vocativos e dos pronomes (pessoais do caso reto, possessivos, demonstrativos). Conteúdos circulando nas mídias digitais, como o de Viscardi (2020), por exemplo, atribuem

⁵ A esse respeito, ver Schwindt (2020).

aos ativistas LGBTQIA+⁶ o protagonismo nessa cena. Se assim é, embora eu não saiba exatamente “o que está sobre a mesa”, isto é, as estratégias alternativas ao gênero binário sendo propostas pelos ativistas para um uso neutralizado ou inclusivo de linguagem, há razões para acreditar que o ativismo LGBTQIA+ e a biopolítica que os ativistas vêm fazendo possam vir a alterar, se não o sistema da língua, nosso comportamento social com a linguagem, nossos estilos discursivos, haja vista o interesse que a mídia e os próprios cursos de Jornalismo (amanhã mesmo vou conversar sobre o assunto com dois graduandos da UniRitter!) vêm demonstrando sobre o assunto. Como Hardt e Negri explicam:

O acontecimento biopolítico, com efeito, é sempre um acontecimento *queer*⁷, um processo subversivo de subjetivação que, abalando identidades e normas dominantes, revela o elo entre poder e liberdade, assim inaugurando uma produção alternativa de subjetividade.” (HARDT; NEGRI, 2016, p.80).

O sucesso do acontecimento biopolítico que requer uma linguagem neutra ou não binária dependerá, penso eu, de a demanda perseverar e passar a ser uma demanda comum. É o que parece ter acontecido, em alguma medida, com as demandas feministas, como espero mostrar ao responder a segunda pergunta.

Valdir do Nascimento Flores⁸ (V.F) - Entendo que a palavra-chave de sua pergunta é “demanda”. Realmente, estamos vivendo um tempo em que “demandas” de inclusão, de respeito às diferenças, de empatia com a diversidade humana têm sido formuladas, em distintos setores da sociedade. Nesse sentido, penso que a “demanda por uma neolinguagem, linguagem neutra, inclusiva ou ainda não binária” se inclui em um movimento maior no qual se encontra um debate mais amplo. Esse é, para mim, um ponto essencial dessa questão: não se trata de um movimento isolado, mas de um movimento articulado a ideias que atravessam um debate ético, político e social amplo.

Especificamente com relação ao campo linguístico, não podemos ignorar que a demanda por uma linguagem inclusiva está relacionada a demandas outras (também

⁶ A sigla LGBTQIA+ contempla grupos de pessoas que se reconhecem por uma orientação sexual ou uma identidade de gênero distinta da heterossexualidade normativa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queers, intersexuais, assexuais e demais gêneros e sexualidades. Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/glossario-lgbtqia-entenda-cada-letra-da-sigla-e-termos-comuns/> Acesso em 21/04/2027.

⁷ Também em nota de rodapé, os próprios autores esclarecem queer: “Palavra inglesa originalmente significando estranho, esquisito, excêntrico, e que através de sobreposição com queen (rainha), designando na segunda metade do século XX homossexuais masculinos afeminados e praticantes do transexualismo, passou a conotar transgressão da ordem heterossexual.” (HARDT; NEGRI, 2016, p.80).

⁸ É Professor Titular em Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFRGS. Possui Mestrado em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), Doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997). Realizou Pós-doutorado na Université de Paris XII-Val-de-Marne e na Université de Paris X - Nanterre.

linguísticas), como o combate ao racismo linguístico, ao preconceito linguístico, ao uso de expressões excludentes etc. Observa-se, assim, que é no interior dos movimentos que instigam à reflexão e à mudança social e cultural que se localiza esse debate linguístico. E esse é um aspecto fundamental. Nesse sentido, podemos ver que há uma tendência em ver a língua – e, em especial, as suas mudanças – como recurso de combate a atitudes excludentes na sociedade.

Assim, o tema necessariamente articula língua, sociedade e falante, e é nessa articulação que vejo um aspecto de grande relevância. Dito de outro modo, em forma de indagação: por que, hoje em dia, não basta reivindicar mudanças que garantam respeito à diversidade humana no âmbito do convívio social e cultural, das relações jurídicas e do mundo do trabalho, das relações afetivas e familiares, entre outras? Por que tais mudanças devem estar canceladas na língua e pela língua? Creio que este é o ponto que mais me interessa nessa discussão, quer dizer, ver por que as pessoas evocam a sua condição de falante e, a partir dessa condição, instauram uma reflexão de dimensões linguísticas.

Uma hipótese poderia ser aventada aqui: a língua parece ser a condição de existência no mundo, isto é, o dizer delimita uma forma de existência. Nesse sentido a língua forneceria as propriedades reconhecidas e reconhecíveis da realidade a qual seria, sempre, uma realidade linguística.

Ora, se isso for verdade, não é de se estranhar que grupos reivindiquem uma linguagem neutra; afinal, a língua permitiria fazer de uma demanda – seja ela social, cultural, política etc. – uma noção passível de ser objetivada e compartilhada.

Finalmente, uma última pergunta: que entendimento há acerca da língua quando a colocamos no centro de um debate com os contornos que tem este? Em resposta, eu diria que tudo indica que a noção de identidade exige reconhecimento no simbólico da língua. E não foi sempre assim? Atrelado ao que somos está a possibilidade de que possamos falar que somos.

Creio, enfim, que os falantes estão, de um lado, indicando um excelente caminho metodológico aos linguistas, de outro, indicando uma excelente direção para um mundo mais acolhedor.

3. Afunilando a discussão

A.O - Pensando em sua experiência na sociolinguística e nos estudos sobre variação linguística e significados sociais, que aspectos da linguagem neutra podem configurar alguma especificidade sociolinguística nos estudos de variação linguística?

E.B - Na perspectiva da sociologia da linguagem (FISHMAN,1972), que examina o uso da linguagem como comportamento humano e a organização social do comportamento, a linguagem neutra interessa: (a) enquanto debate em torno de sua implementação, na análise das estratégias dos grupos em “luta simbólica”, favoráveis e desfavoráveis à linguagem neutra; (b) enquanto uso, na detecção de quem, onde, quando usa a linguagem neutra, no cumprimento de quais funções e em que domínios de uso; (c) enquanto ideologia de linguagem, na análise das atitudes linguísticas dos falantes da língua em relação às formas neutras ou neutralizadas de linguagem. No momento, essas formas parecem circular especialmente nas mídias digitais e mais frequentemente nas manifestações escritas, como em *tweets*, por exemplo. Isso lhes garante alguma difusão, mas não sua efetiva implementação no vernáculo, na fala espontânea diária do português. Mesmo assim, no que se refere à variação linguística, objeto de interesse da sociolinguística variacionista (LABOV, 1972), são possibilidades de estudo (i) identificar quais são as formas neutras empregadas entre os vocativos e pronomes, (ii) verificar a proporção de uso dessas formas e (iii) testar a correlação entre o uso das formas e traços do perfil social dos usuários – desde que esses traços sejam identificáveis, logicamente.

Estudos nessas perspectivas são relevantes porque dão lugar, na academia e no fazer científico-intelectual, aos acontecimentos biopolíticos, assim contribuindo para traduzir “as práticas e os desejos das lutas em normas e instituições” (HARDT; NEGRI, 2016, p.139) e para, eventualmente, conferir valor simbólico à linguagem neutra. Conheço um trabalho sobre linguagem inclusiva de gênero (LEWANDOWSKI, 2013) nas polícias Militar e Civil gaúchas, decorrente do Decreto nº 4994 de 27 de dezembro de 2012 do governo do Estado do Rio Grande do Sul, mais tarde transformado em lei, a Lei nº 14484 de 30/01/2014, que rege a utilização da linguagem inclusiva de gênero na Administração Pública Estadual, estabelecendo a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual. À época, o Rio Grande do Sul contava com uma Secretaria, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que apoiou o referido Decreto com um manual, o *Manual Para o Uso Não Sexista da Linguagem: O que bem se diz bem se entende*, uma tradução do manual da *Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe - REPEM-LAC*. Entre outras orientações, o Manual instrui a evitar na escrita, por exemplo, o uso de recursos como barras diagonais (*Oferece-se trabalho a costureira/o*), empregando em lugar disso a forma feminina e masculina, nessa ordem, dos

nomes em questão (*Oferece-se trabalho a costureira ou costureiro*). Ou seja, o Manual apresenta formas alternativas de inclusão de gênero, respondendo a demandas feministas.

O trabalho investigou se as polícias Civil e Militar conheciam o Decreto e se acreditavam ser possível a utilização do Manual como instrumento de visibilização das mulheres nas instituições públicas gaúchas, tomando a linguagem inclusiva como política de igualdade de tratamento. O trabalho revelou que, embora cerca de metade dos policiais de ambas as instituições conhecesse o Manual, apenas 4% dos policiais Militares afirmaram acreditar que sua instituição usaria a linguagem inclusiva de gênero, enquanto 96% dos policiais Cíveis acreditavam que isso fosse possível.

Passados oito anos desde a realização desse trabalho, eu não saberia dizer se a visibilização das mulheres na comunicação institucional nas instituições investigadas (polícias Civil e Militar gaúchas) de fato se implementou. Mas percebo que as orientações do Manual vêm sendo observadas em outras instituições que não apenas as gaúchas e na comunicação em geral (Caras alunas e caros alunos, boa tarde!), o que aponta caminho para futuras investigações.

A.O - Recentemente, o senhor concedeu uma entrevista ao canal “Demerval da Hora”, nessa entrevista o senhor fala um pouco sobre a questão da linguagem neutra. Na sua opinião, o que pode estar impulsionando esse debate em sua relação com a língua na atualidade?

V.F - De certa maneira, eu encaminhei uma resposta a esta questão já na resposta anterior. Ao demandar mudanças na língua, o falante está objetificando a língua, tornando-a objeto de reflexão – o que os linguistas chamariam de *função metalinguística*.

Ora, todo o falante tem interesse na língua – na sua, sem dúvida, e, muitas vezes, na de outros também –, e esse interesse pode ser exteriorizado de diferentes formas, até mesmo inconscientemente. O falante tem pela língua o mesmo interesse que tem pela sua existência, pois a língua é o que o humano tem de mais característico.

Então, quando situamos no âmbito linguístico uma discussão que não tem sua origem linguística, vemos que o falante tem clareza – o que não quer dizer consciência – de que a língua é construída, reconstruída e desconstruída a cada momento que se fala. Logo, a apropriação que se faz do mundo precisa passar pela apropriação que a língua faz dele; isso é constitutivo da língua e, por conseguinte, do falante.

Nessa direção, o falante reconhece-se na lógica dialética do constrangimento e da liberdade que há na língua. Ele quer colocar essa dialética a serviço do diálogo, pois é para

que o diálogo aconteça de forma igualitária que a demanda de uma linguagem neutra se justifica.

Para terminar e respondendo diretamente sua pergunta, acredito que o que impulsiona esse debate é, portanto, o reconhecimento da natureza constitutivamente linguageira do humano.

Referências

- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. Tradução de Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Barbara Catani, Paula Montero, José Carlos Durand. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FISHMAN, Joshua Aaron. The sociology of language. In: FISHMAN, Joshua Aaron. The sociology of language: an interdisciplinary social science approach to language in society. Rowley, MA: Newbury House Publishers, 1972.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. Tradução de Clóvis Marques, revisão técnica de Leonora Corsini. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2016.
- LABOV, William. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEWANDOWSKI, Telassim F. Carvalho. Linguagem inclusiva de gênero: As mulheres na Segurança Pública. 2013. 33 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Canoas, Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, 2013.
- MANUAL para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz bem se entende. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português e os limites do sistema linguístico. Revista da ABRALIN, v. 19, n.1, p. 1-23, 2020.
- VISCARDI, Jana. Língua para todes: um ensaio sobre o gênero neutro. Marie Claire Digital, 08/12/2020.

Recebido em: 16/12/2021; **Aceito em:** 02/09/2022.